

PLANO DE GESTÃO ANUAL DA ANP 2023

Relatório Final



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis



PLANO DE GESTÃO ANUAL DA ANP 2023

Superintendência de Governança e Estratégia



Relatório Final



anp

Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Julho, 2024

Diretor-Geral

Rodolfo Henrique de Saboia

Diretores

Symone Christine de Santana Araújo

Daniel Maia Vieira

Fernando Wandscheer de Moura Alves

Patricia Huguenin Baran (Diretora substituta)

Superintendência de Governança e Estratégia

Sergio Alonso Trigo – Superintendente de Governança e Estratégia

Rafael de Oliveira Salgado – Superintendente Adjunto de Governança e Estratégia

Elaboração

Raphael Borges Rodrigues – Coordenador de Governança

SUMÁRIO

METAS E AÇÕES	5
1. FISCALIZAÇÃO	5
1.1. FISCALIZAÇÃO DA CADEIA DO DOWNSTREAM	5
1.2. FISCALIZAÇÃO DA CADEIA DO UPSTREAM	8
2. MEIO AMBIENTE	12
2.1. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE	12
3. RENOVABIO	14
3.1. PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS	14
4. DEFESA DA CONCORRÊNCIA	15
4.1. PUBLICAÇÃO DE PREÇOS DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS NO SÍTIO ELETRÔNICO DA ANP	15
4.2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS	15
4.3. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS	16
4.4. ANÁLISE DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS ENTRE PRODUTORES E DISTRIBUIDORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO	17
5. QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS	18
5.1. SATISFAÇÃO NOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO	18
6. AGENDA REGULATÓRIA	19
6.1. AGENDA REGULATÓRIA 2022-2023	19

METAS E AÇÕES

1. FISCALIZAÇÃO

1.1. FISCALIZAÇÃO DA CADEIA DO DOWNSTREAM

Objetivo	Realizar a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos.
Meta	Executar 100% do plano de ações de fiscalização da cadeia do Downstream na ANP
Uorg responsável pela mediação	SGE – Superintendência de Governança e Estratégia
Periodicidade de apuração	Quadrimestral
Indicador	Índice de execução do plano de ações de fiscalização da cadeia do downstream na ANP
Descrição	Mede a relação entre o número de ações realizadas, e o total de ações de fiscalização previstas no plano.
Método	Acompanhar e registrar o número de ações de fiscalização executadas pela ANP

Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover ações integradas de conscientização e fiscalização da indústria e sistematizar o monitoramento da segurança das operações
 Escopo: Realizar parcerias e convênios e aplicar novas tecnologias na definição das estratégias de monitoramento e fiscalização do mercado

Orçamento

R\$ 18.758.230,00

Cronograma de desembolso

UORG	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
SBQ	R\$ 85.689,67	R\$ 85.689,67	R\$ 85.689,66	R\$ 257.069,00
SDL	R\$ 134.428,66	R\$ 134.428,66	R\$ 134.428,66	R\$ 403.286,00
SFI	R\$ 5.666.666,00	R\$ 5.666.666,00	R\$ 5.666.666,00	R\$ 17.000.000,00
SIM	R\$ 225.000,00	R\$ 225.000,00	R\$ 225.000,00	R\$ 675.000,00*
SPC	R\$ 147.625,00	R\$ 147.625,00	R\$ 147.625,00	R\$ 422.875,00

*A SIM solicitou alteração no cronograma de desembolso apresentado ao final de 2022. O montante indicado representa o total em diárias e passagens solicitado pela unidade e não o montante destinado exclusivamente para as ações de fiscalização. O cronograma de desembolso atualizado está representado abaixo.

SIM	R\$154.000,00	R\$154.000,00	R\$154.000,00	R\$462.000,00
-----	---------------	---------------	---------------	---------------

Apuração da execução:

UORG	Total de ações de fiscalização planejadas	Total de ações de fiscalização realizadas	Realizado / Previsto
SBQ	39	30	77%
SDL	67	87	130%
SFI	16.688	21.249	127%
SIM	70	43	61,4%
SPC	60	52	86,6%
TOTAL	16.929	21.466	126,8%

Desembolso Total			
UORG	Previsto	Executado	Realizado / Previsto
SBQ	R\$ 257.069,00	R\$ 139.679,23	54%
SDL	R\$ 403.286,00	R\$ 258.876,00	64%
SFI	R\$ 17.000.000,00	R\$ 9.749.627,00	57%
SIM	R\$ 462.000,00	R\$ 213.360,21	46,2%
SPC	R\$ 422.875,00	R\$ 362.613,01	85,75%
TOTAL	R\$ 18.758.230,00	R\$ 10.832.683,20	58%

Comentários:

Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos (SBQ): Em 2023, o cumprimento total das metas de fiscalizações não foi atingido em virtude da necessidade de deslocamento de recursos humanos para atendimento à outras demandas da SBQ.

As fiscalizações estabelecidas para “Laboratórios de produtores de biocombustíveis” e para “Laboratórios contratados (fiscalização e monitoramento da qualidade)” não foram totalmente realizadas devido à necessidade de realização das vistorias para fins de credenciamento das empresas de inspeção da qualidade de produtos importados. Ao longo do ano, foram realizadas 19 vistorias em laboratórios de empresas que solicitaram credenciamento junto à ANP para atuarem como empresas de inspeção da qualidade.

Da mesma forma, uma das fiscalizações em “Produtor de biometano” deixou de ser realizada por necessidade de atendimento à outras demandas relativas ao mesmo produto.

Ressalta-se que, para manter a eficiência na realização das ações de fiscalização, vem sendo continuado o procedimento interno de fiscalização documental à distância, como por exemplo, no caso do monitoramento de informações relativas à qualidade dos combustíveis nacionais e importados, conforme estabelecido nas resoluções ANP. A partir destas ações, são identificadas as situações que, de fato, demandam a fiscalização presencial, só podendo ser verificadas in loco. Razão pela qual foi possível realizar 6 ações de forma remota (sendo 24 presenciais).

Superintendência de Distribuição e Logística (SDL): O total de ações foi superior ao estimado pois as vistorias da SDL são motivadas pelo mercado, conforme demanda de processos de autorização em instalações que requerem vistoria, nos termos da Resolução ANP nº 960, de 5 de outubro de 2023. Contudo, o desembolso foi menor do que o estimado, devido ao cuidadoso planejamento das viagens com antecedência e buscando otimizar as rotas de modo a atender o maior número de agentes por deslocamento. A Resolução ANP não determina prazo para realização das vistorias, porém o agendamento se dá de forma célere visando não prejudicar a atividade econômica. Assim, depois que a empresa fica apta a ser vistoriada, as viagens são programadas com pelo menos 20 dias de antecedência a fim de obter passagens aéreas com preços melhores. Além disso, sempre que possível, tenta-se otimizar a viagem, aproveitando os deslocamentos para vistoriar empresas próximas. Por isso, é comum que uma viagem tenha mais de um “alvo”.

O valor previsto indicado no PGA 2023 (R\$ 403.286,00) é o valor mínimo solicitado pela SDL no PAA 2023, para vistorias. Porém o valor total destinado à SDL para gastos com diárias e passagens no ano de 2023 foi de R\$ 310.573,00. Assim, 83% do valor total para diárias e passagens foi empregado nas vistorias de instalações. Todas as ações foram presenciais.

Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI): Conforme apuração da execução do planejamento de fiscalizações, verifica-se que em 2023, a SFI realizou 21.249 ações de fiscalização frente as 16.688 inicialmente planejadas para o período, cumprindo 127% da meta planejada. Dessas, foram realizadas 14.824 ações de fiscalização em campo e 6.425 ações internas.

Importante destacar que o Plano Anual de Fiscalização 2023, acolhido pela Diretoria da ANP, previu a ampliação das ações de fiscalização tendo em vista a expectativa de reforço das equipes de fiscalização através de concurso temporário específico. Os resultados indicam que a meta de ações de fiscalização foi superada em função da efetivação desses trinta novos servidores, ocorrida em janeiro de 2023. Assim, houve um crescimento de aproximadamente 12% (18.955) no quantitativo de ações de fiscalização quando comparado com o realizado em 2022.

Por outro lado, nota-se uma execução financeira cerca de 57% do inicialmente projetada para o ano de 2023. Isso se justifica, além da ampliação das equipes de campo, devido ao perfil dos gastos envolvendo a manutenção das sedes dos núcleos regionais de fiscalização da SFI.

No orçamento proposto para 2023 foram previstas as mudanças das sedes dos núcleos regionais de fiscalização da ANP em São Paulo e em Salvador de imóveis alugados para imóveis de propriedade da União. Essas mudanças implicam em gastos em um primeiro momento, que rapidamente se traduzem em economias significativas no médio e longo prazo. Porém, em função de atrasos nos cronogramas dessas ações, a mudança do escritório de São Paulo ocorreu na transição de 2023 para 2024 e o de Salvador ainda está prevista para o ano de 2024. Com isso, parte significativa dos recursos previstos para serem gastos em 2023 foram transferidos para 2024. Adicionalmente, gastos previstos para alterações de layout e atualização de mobiliário dos núcleos de fiscalização de Porto Alegre e Belo Horizonte foram adiados em função de contenções orçamentárias.

Assim, apesar da economia futura esperada e da melhoria da estrutura da ANP nesses estados, esses recursos financeiros não executados em 2023 não mantêm uma relação direta com o número de ações de fiscalizações realizadas nesse ano.

Outro ponto que corroborou para uma execução financeira nos mesmos patamares acordados no Plano de Gestão Anual apesar da utilização de menores recursos orçamentários, foi a otimização da logística e, de forma relacionada, da distribuição geográfica das ações de fiscalização com vistas a uma economia de recursos financeiros de diárias, passagens e deslocamento rodoviário das equipes. Em que pese o ganho marginal que essa prática proporciona, ela foi e deve ser utilizada de forma limitada, sob o risco potencial de trazer distorções dos resultados da atividade de fiscalização.

Superintendência de Infraestrutura e Movimentação (SIM): O principal motivo para o não cumprimento da meta de estabelecida foi a redução da equipe da Coordenação de Outorgas para Instalações, decorrente da saída de sete servidores por pedido de exoneração, tendo recebido três servidores do concurso temporário, sendo que um deles passou em outro concurso e não ficou na ANP. É importante ressaltar que a entrada de novos servidores não resulta em um número maior de ações de fiscalizações de imediato, pois há a necessidade de treinamento.

Do total de ações de fiscalização, 12 foram realizadas em 6 viagens, ou seja, 2 ações de fiscalização por viagem. Isso é planejado com base na economicidade do dinheiro público e para garantir o atingimento da meta, pois por diversas vezes, as ações de fiscalização foram suspensas ou interrompidas por falta de recursos orçamentários. Todas as ações foram presenciais.

Superintendência de Produção de Combustíveis (SPC): O número ações de fiscalização realizadas em 2023 foi menor em relação ao planejado porque as vistorias de autorizações ocorrem por demanda do mercado, não sendo possível planejá-las de forma antecipada. Das 52 ações realizadas, 3 foram fiscalizações de segurança operacional e 47 vistorias para autorização. Todas as ações foram presenciais.

1.2. FISCALIZAÇÃO DA CADEIA DO UPSTREAM

Objetivo	Realizar a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos.
Meta	Executar 100% do plano de ações de fiscalização da cadeia do upstream na ANP
Uorg responsável pela mediação	SSO - Superintendência de Segurança Operacional
Periodicidade de Apuração	Quadrimestral
Indicador	Índice de execução do plano de ações de fiscalização da cadeia do upstream na ANP
Descrição	Mede a relação entre o número de ações realizadas, sobre o total de ações de fiscalização previstas no plano.
Método	Acompanhar e registrar o número de ações de fiscalização executadas pela ANP nas instalações dos agentes regulados que realizam as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover ações integradas de conscientização e fiscalização da indústria e sistematizar o monitoramento da segurança das operações
 Escopo: Realizar parcerias e convênios e aplicar novas tecnologias na definição das estratégias de monitoramento e fiscalização do mercado

Orçamento

R\$ 2.809.143,46

Cronograma de desembolso

UORG	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
NFP	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 750.000,00
SDT	R\$ 22.737,82	R\$ 22.737,82	R\$ 22.737,82	R\$ 68.213,46
SDP	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 66.000,00
SEP	R\$ 19.820,00	R\$ 19.460,00	R\$ 20.060,00	R\$ 59.340,00
SPG	R\$ 21.600,00	R\$ 21.600,00	R\$ 21.600,00	R\$ 64.800,00
SSO	R\$ 600.263,34	R\$ 600.263,33	R\$ 600.263,33	R\$ 1.800.790,00

Apuração da execução:

UORG	Total de ações de fiscalização planejadas	Total de ações de fiscalização realizadas	Realizado / Previsto
NFP	50	60	120%
SDT	668	1.014	152%
SDP	11	12	109%
SEP	6	3	50%
SPG	12	1	8%
SSO	61	39	64%
TOTAL	808	1.129	140%

Desembolso Total			
UORG	Previsto	Executado	Realizado / Previsto
NFP	750.000,00	163.268,70	21,8%
SDT	68.213,46	26.364,50	38,65%
SDP	66.000,00	36.812,21	55,8%
SEP	59.340,00	36.232,27	61%
SPG	64.800,00	450,90	0,7%
SSO	1.800.790,00	736.043,03	40,9%
TOTAL	R\$ 2.809.143,46	R\$ 966.356,40	34,4%

Comentários:

Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural (NFP): Foi estabelecida como meta quantitativa para a fiscalização a realização de 50 ações e obteve uma taxa de atingimento de 120% em relação à meta estabelecida. Em uma análise comparativa de desempenho entre os anos, destaca-se o aumento no número total de ações de fiscalização em 2023, indicando um esforço proativo no cumprimento das responsabilidades de fiscalização da medição da produção. A melhoria na taxa de atingimento de metas também sugere um progresso consistente na eficácia das operações de fiscalização.

Em 2023, uma nova categoria denominada "fiscalização prévia" foi criada com o propósito de destacar as ações de fiscalização realizadas durante a inspeção inicial nos sistemas de medição. Essa inspeção ocorre nas unidades de produção ainda em fase de construção, seja no estaleiro no exterior ou no Brasil, e tem como objetivo antecipar questionamentos que, nessa fase do projeto, possam ser facilmente resolvidos. Este momento é escolhido porque existe infraestrutura e mão de obra adequadas para abordar questões e não conformidades, o que difere do ambiente offshore, onde as ações seriam de extrema complexidade.

Ações	Realizado
Fiscalização de Rotina (in loco)	11
Fiscalização de Rotina (documental)	2
Fiscalização de Autorização (in loco)	33
Fiscalização de Autorização (documental)	11
Fiscalização Prévia (in loco)	3
Total	60

Atividades realizadas em 2023 – NFP

No que se refere a diferença observada entre a execução orçamentária prevista inicialmente e a efetivamente executada, esclarecem que essa se deve fundamentalmente as dificuldades associadas a execução do Contrato nº 1.027/2022 de serviços de apoio técnico supervisionado às atividades de fiscalização.

O referido contrato foi desenhado para dar suporte as demandas de fiscalização de rotina offshore que ainda assim precisam contar com a presença de ao menos um servidor efetivo dotado de poder de polícia administrativa em cada ação de fiscalização realizada. Entretanto, a capacidade instalada de recursos humanos disponíveis no NFP para realização de atividades de fiscalização de campo, precisa atender também, e prioritariamente, às necessidades de realização de inspeções de campo obrigatórias que surgem por ocasião da autorização de sistemas de medição, também consideradas institucionalmente como ações de fiscalização. Uma combinação de aquecimento do setor de O&G pós pandemia com redução dos quadros de fiscais de campo após assinatura do contrato levou a um cenário no qual praticamente toda a capacidade instalada de fiscalização de campo do NFP fosse voltada para atender demandas relacionadas com autorizações de novos pontos de medição. Desta forma, não houve disponibilidade de agentes de campo para realização de atividades de rotina, e consequentemente, necessidade de execução orçamentária do contrato.

Como as ações de inspeção para autorização são realizados exclusivamente por colaboradores do NFP, os custos associados estão relacionados somente a diárias e passagens, conforme os respectivos casos, não demandando a

execução orçamentária da parcela empenhada para cumprimento do contrato. Por este motivo as metas quantitativas foram atingidas, mas não foram acompanhadas da execução orçamentária inicialmente prevista.

Cumprir destacar que dos R\$ 750.000,00 previstos inicialmente como desembolso em 2023, R\$ 120.000,00 eram estimados para gastos com diárias e passagens em ações de fiscalização, enquanto R\$ 630.000,00 foram estimados para realização de ações do contrato de apoio a fiscalização.

Como já mencionado, a capacidade instalada do NFP foi fortemente pressionada por pedidos de autorização, tendo sido realizadas diversas operações onshore, onde eleva-se o custo com diárias e passagens. Não por acaso, o gasto com diárias e passagens foi superior ao estimado inicialmente, porém próximo.

No caso do contrato de apoio a fiscalização foi possível realizar apenas uma ação de fiscalização, no valor de R\$ 32.815,82, em função da ausência de recursos humanos para acompanhar as ações do contrato. Isso explica a grande diferença entre o total previsto e o total realizado.

Superintendência de Dados Técnicos (SDT): A meta estabelecida foi de 668 ações de fiscalização, 650 das quais em escritório e 18 ações de fiscalização em campo, porém foram realizadas ao todo 1.014 ações de fiscalizações no ano de 2023, sendo 997 ações realizadas remotamente (do escritório), alusivas à análise de conformidade dos dados técnicos entregues à ANP, oriundos das atividades de aquisição, processamento, reproprocessamento e estudo de dados. As outras 17 ações foram fiscalização de campo, referentes a atividades de aquisição de dados autorizadas e inspeção dos acervos de amostras de rochas e fluidos com as fiéis depositárias.

Para tanto, foi previsto um orçamento de R\$ 68.213,46 para os gastos com diárias e passagens, no caso das ações de fiscalização presenciais. No entanto, a Petrobras, empresa com maior quantidade de amostras armazenadas, realizou nos últimos anos uma mudança de estratégia, concentrando o armazenamento das amostras em apenas três depósitos, em dois Estados (RJ e BA), antes armazenadas em nove depósitos, espalhados em 7 Estados (AM, PA, RN, BA, ES, RJ e SP). Essa mudança possibilitou a SDT otimizar suas ações de fiscalização para o ano de 2023, realizando menos viagens e gastando menos com diárias e passagens para realizar o total de fiscalizações previstas, motivo pelo qual foi gasto apenas R\$ 26.364,50 dos R\$ 68.213,46 inicialmente previstos.

Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP): foram executadas 12 ações de fiscalização in loco referente ao ano de 2023, frente as 11 ações planejadas. Foram realizadas ações de fiscalização nos Campos de Anambé, Angelim, Atalaia Sul, Azulão, Furado, Japiim, Pilar, Polvo, Siririzinho, Sul de Tupi, Tubarão Martelo, e Tupi.

Segundo dados do sistema de diárias e passagens a SDP teve como teto orçamentário estabelecido o valor de R\$ 56.432,00, sendo que ainda contemplava fiscalizações e representações institucionais, tendo sido realizado um total de R\$ 52.831,30. Assim, foi preciso realizar as adequações mencionadas para focar as fiscalizações do segundo semestre de 2023 em instalações marítimas. A diferença entre o previsto e realizado em termos de orçamento é explicada por essa restrição orçamentária. A unidade informa que foi possível contornar as restrições orçamentárias com a realização de fiscalizações partindo da cidade do Rio de Janeiro e a instalações de produção marítimas que não ensejavam passagens e diárias.

Superintendência de Exploração (SEP): No ano de 2023 foram executadas três ações de fiscalização das seis originalmente previstas. Foram fiscalizadas áreas localizadas nas bacias do Amazonas, Espírito Santo (terra) e Recôncavo. As ações não realizadas foram mapeadas no Plano Anual de Fiscalização 2023 como contingente (Potiguar) ou não foram realizadas, devido à inexecução por parte dos operadores de atividades exploratórias (Parnaíba) e às definições pendentes sobre questões envolvendo o descomissionamento de instalações (Solimões), fatos motivadores das ações de fiscalização.

Não obstante, a SEP superou o quantitativo de áreas fiscalizadas, mesmo com a realização de três ações de fiscalização. Originalmente, a SEP tinha mapeado 36 áreas passíveis de fiscalização, tendo fiscalizado 59 áreas no ano de 2023.

As ações de fiscalização in loco realizadas em 2023 não geraram autos de infração. No entanto, as ações de fiscalização documental totalizaram 13 autos de infração, sendo oito devido à não apresentação de PDI e outros cinco autos lavrados por motivos diversos.

A principal diferença observada entre os valores orçamentários previstos e realizados pela SEP em 2023 deve-se a não realização das três ações que constavam no PAF - Plano Anual de Fiscalização 2023, conforme mencionado acima. A não realização destas três ações representaram um valor não executado de R\$ 31.520,00.

As outras diferenças verificadas, a menor, devem-se aos valores estimados e aos realizados na compra de passagens para o Espírito Santo e os valores recebidos à título de diárias nesta ação, em função da diminuição do número de dias de fiscalização. Com isso os valores somados das passagens com as diárias na ação realizada na Bacia do Espírito Santo resultaram na não execução de R\$ 2.917,32.

Por outro lado, as ações realizadas pela SEP nas Bacias do Recôncavo e do Amazonas consumiram recursos a maior dos que os que foram previstos no PAF. Isso se deve, principalmente, aos valores executados na compra de passagens áreas para a Bahia e para o Amazonas, cujos valores, em ambos os casos, se mostraram bem superiores aos previstos. Cabe ressaltar que as previsões são encaminhadas com antecedência significativa em relação às compras das passagens. Outro fator que contribuiu para o consumo de recursos a maior foi o aumento do número previsto de agentes de fiscalização na ação que ocorreu na Bacia do Recôncavo, que passou de 2 para três, afetando os valores destinados às diárias. Por estes motivos a ação ocorrida na Bacia do Recôncavo teve a execução de R\$ 4.415,28 superior ao previsto, enquanto a ação de fiscalização na Bacia do Amazonas consumiu R\$ 6.914,31 acima do valor que fora estimado.

Os valores executados pela SEP em 2023 foram da ordem de 61% em relação ao planejamento, o que representa uma diminuição de 12% em valores absolutos em relação ao ano anterior, e de 30% da taxa de execução.

Superintendência de Participações Governamentais (SPG): Das 12 ações de fiscalização in loco planejadas, foi executada somente uma ação, que teve por objetivo a realização de vistoria para enquadramento do Município de São João da Barra - RJ como concentrador das instalações industriais para processamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural do Estado do Rio de Janeiro, para efeitos de distribuição de royalties do petróleo e gás natural.

A SPG informa que a realização das ações de fiscalização foram dificultadas principalmente pelos seguintes motivos: (I) quantitativo reduzido de servidores, tendo que priorizar as atividades internas essenciais para a distribuição das participações governamentais; (II) atendimento às auditorias realizadas pelo TCU e AUD/ANP em 2023, que exigiram grande esforço da já reduzida equipe da SPG; (III) baixa disponibilidade de recursos orçamentários para diárias e passagens, aos quais se mostraram incompatíveis com as necessidades de ação em campo.

A Unidade acrescenta que ainda apresenta severas dificuldades de planejamento e execução de ações e fiscalização por ausência de estrutura interna e baixa disponibilidade orçamentária.

O orçamento total da SPG disponível no ano de 2023 foi de R\$61.087 (considerando a suplementação transferida à Dir 1), sendo destinado para além da ação realizada de fiscalização, também em viagens obrigatórias de representação institucional, treinamentos ou ação judicial.

Superintendência de Segurança Operacional (SSO): Para a fiscalização de aderência aos regulamentos de Segurança Operacional, a SSO previu para 2023 a realização de 61 ações de fiscalização, sendo 54 em ambiente marítimo e 7 em ambiente terrestre. Durante o ano de 2023, ocorreram 33 fiscalizações de instalações em ambiente marítimo, 6 fiscalizações em ambiente terrestre, totalizando 39 ações de fiscalização. Para o ano de 2023, o baixo quantitativo de fiscais impactou o atendimento da meta estabelecida, resultando em redução no número de fiscalizações em relação a 2022, ano em que foram realizadas 47 ações de fiscalização.

A SSM, à época do Plano de Fiscalização de 2023, considerou o número de 61 ações de fiscalização contando com apoio à fiscalização, o que parece em princípio incompatível com o número de 6 auditores líderes existentes à época. O estabelecimento do número de 61 ações de fiscalização seria compatível com a existência de 10 ou mais auditores líderes. Tal incompatibilidade poderia ter sido superada pelo aumento de contingente de fiscais na Unidade.

Destacaram ainda que a relação de 6 fiscalizações por ano por auditor líder pode ser considerada uma boa aproximação para cálculo da capacidade teórica da equipe de fiscalização, mas que essa capacidade varia de acordo com fatores como a carga de trabalho gerada por cada ação de fiscalização realizada no que diz respeito a seus possíveis desdobramentos (autuações, notificações, estabelecimento de condições de segurança para início ou reinício de operações e análises de não conformidades lavradas).

A desproporcionalidade entre redução de desembolso (realizado apenas 40% do valor previsto) em relação à redução do número de fiscalizações (realizado 61% do quantitativo previsto) se dá pela parcela de atividades realizadas sem o uso do contrato de apoio. Esse tipo de ação é executado respeitando-se restrições de tempo disponível dos fiscais. Cada apoio a fiscalização documental custa à ANP R\$23.950,00 e, portanto, seu uso é feito de forma otimizada pela SSO.

2. MEIO AMBIENTE

2.1. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Objetivo	Tratamento de processos de licenciamento ambiental e de descomissionamento de instalações; Contribuir com as ações no contexto dos programas de revitalização da atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural; e promoção da divulgação dos inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa decorrentes dos contratos de exploração e produção
Meta	Realizar 100% das ações propostas para o fortalecimento da relação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), visando de forma sustentável, a exploração e a produção de petróleo e gás natural em benefício da sociedade brasileira.
Uorg responsável pela mediação	STM – Superintendência de Tecnologia e Meio Ambiente
Periodicidade de apuração	Quadrimestral
Indicador	Índice de execução do plano de ações de fortalecimento das Relações com os Órgãos de Defesa do Meio Ambiente
Descrição	Mede a relação entre o número de ações realizadas, sobre o total de ações previstas no plano.
Método	Para todas as ações propostas, registrar a sua execução e realizar o acompanhamento periódico. Em caso de atingimento parcial do objetivo, o percentual de ações realizadas em relação ao total previsto representará o resultado da medição.

Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP
 Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

Orçamento

R\$ 1.400.000,00

Cronograma de desembolso

UORG	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
STM	R\$ 200.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ 1.400.000,00

Apuração da execução:

Ações previstas para atingimento da meta de Meio Ambiente	Situação Atual
Celebração de novo Acordo de Cooperação Técnica ANP-Ibama	Ação não levada a cabo por falta de resposta por parte do IBAMA às iniciativas da ANP de celebração desse acordo.
Aprovar e cumprir agenda 2023 junto ao Ibama, envolvendo a indústria, quando necessário, para tratar de processos de licenciamento ambiental e de descomissionamento de instalações	Não foi feita uma agenda com essa finalidade por falta de resposta do IBAMA.

Aprovar e cumprir agenda 2023 junto aos OEMAs cujos estados possuem atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, para tratar de processos de licenciamento ambiental e de descomissionamento de instalações	A agenda 2023 junto aos OEMAs era composta de 13 ações, das quais apenas 9 foram efetivamente realizadas: 2 reuniões com o INEMA (BA); 1 reunião com o SEMA (MA); 2 pareceres ambientais com o ICMBio; e 4 pareceres ambientais (2 com o INEMA-BA, 1 com a SEMA-AM, e 1 com o FEMARH-RR). Ou seja, em 2023 foram realizadas 69% das ações previstas.
Aprovar e cumprir agenda 2023 com universidades considerando assinatura de acordos de cooperação técnica para promover ações de cooperação em favor do desenvolvimento técnico-científico de soluções práticas, alinhadas aos propósitos de desenvolvimento sustentável, que respondam às questões relacionadas ao descomissionamento de estruturas e equipamentos da produção offshore de óleo e gás no Brasil, bem como às questões relacionadas à transição energética	Em 2023 a ANP assinou acordos de cooperação técnica para promover ações de cooperação em favor do desenvolvimento técnico-científico de soluções práticas, alinhadas aos propósitos de desenvolvimento sustentável, que respondam às questões relacionadas ao descomissionamento de estruturas e equipamentos da produção offshore de óleo e gás no Brasil, bem como às questões relacionadas à transição energética com a USP e com a Coppe/UFRJ, e também iniciou negociações para assinar um acordo desse tipo com a Universidade Mackenzie.
Divulgar os inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa decorrentes dos contratos de exploração e produção de todos os operadores de contratos em fase de produção	A ANP emitiu o ofício solicitando dados de emissões de gases de efeito estufa (GEE) para operadores de campos marítimos e terrestres. Os operadores offshore foram notificados a apresentar os dados de emissões de GEE por Unidade Estacionária de Produção, e essas informações foram disponibilizadas no site da ANP no Painel de Sustentabilidade, que divulga as informações relacionadas ao inventário de emissões de GEE.

Apuração da execução:

Índice de execução do plano de ações de fortalecimento das Relações com os Órgãos de Defesa do Meio Ambiente	Meta para 2023	Percentual apurado em 2023
Percentual de ações realizadas	100%	63%

Desembolso Total			
UORG	Previsto	Executado	Realizado / Previsto
STM	R\$ 1.400.000,00	0,00	0,00

Comentários:

O orçamento solicitado visava viabilizar o contato presencial com os principais órgãos ambientais e que, portanto, envolvia passagens e diárias. A Coordenação de Meio Ambiente, responsável pelo plano de ações de fortalecimento das Relações com os Órgãos de Defesa do Meio Ambiente, não gastou o orçamento planejado, tendo em vista a alteração da SSM para a STM, que restringiu o orçamento. Somente uma reunião com o órgão ambiental da Bahia foi realizada, porém a despesa desta viagem não foi creditada a dotação orçamentária prevista.

Com relação ao desembolso relacionado às metas de Meio Ambiente da ANP, não houve despesa no período. O valor previsto estava relacionado principalmente ao processo de Estudo Ambiental de Área Sedimentar (EAAS), que ainda não ocorreu, pois depende de continuidade e delegação pelo MME e MMA.

3. RENOVABIO

3.1. PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Objetivo	Garantir que os processos de certificação de biocombustíveis e emissão do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis (CBIOS), realizados pelas firmas inspetoras credenciadas, para os produtores ou importadores de biocombustíveis, sejam realizados de acordo com o estabelecido na Resolução ANP nº 758, de 2018.
Meta	Analisar 100% dos processos de certificação de biocombustíveis recebidos pelo Sistema SEI no âmbito do RenovaBio.
Uorg responsável pela mediação	SBQ - Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos
Periodicidade de apuração	Quadrimestral
Indicador	Índice de Análises de Processos de Certificação de Biocombustíveis no âmbito do RenovaBio
Descrição	Mede a relação entre o número de análises realizadas de processos de certificação de biocombustíveis, sobre o total de processos de certificação recebidos pela ANP.
Método	Auditar os processos de certificação dos produtores ou importadores de biocombustíveis.

Objetivo Estratégico de alinhamento

Estimular atividades reguladas mais seguras e sustentáveis, e contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa
 Escopo: Implementar ações regulatórias que visem à segurança e o desenvolvimento sustentável dos mercados regulados

Orçamento

Todas as ações de fiscalização no âmbito da SBQ e do CPT foram consideradas no orçamento apresentado na ação de "Fiscalização da cadeia do Downstream", conforme previsto no Plano de Ação de Fiscalização da SBQ para 2023.

Apuração da execução:

Total de aprovações requeridas	Total de processos aprovados	Realização do plano (%)
184	174	94,6%

Comentários:

Em 2023 foram entregues, pelas firmas inspetoras, 184 relatórios finais de processos de certificação para análise da ANP para aprovação. Considerando todos os processos de certificação analisados em 2023, foram 174 processos aprovados (independente do ano em que o relatório final chegou para análise). Desses, 15 foram processos de certificação (isto é, a primeira certificação no RenovaBio) e os demais (159) foram processos de renovação de certificados existentes.

Cabe ainda destacar que a certificação tem validade de 3 anos e que o RenovaBio, por ser um programa voluntário, não obriga que todos os produtores de biocombustíveis se submetam ao processo de certificação. A obrigatoriedade recai somente sobre aqueles que decidirem ingressar no RenovaBio.

4. DEFESA DA CONCORRÊNCIA

4.1. PUBLICAÇÃO DE PREÇOS DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS NO SÍTIO ELETRÔNICO DA ANP

Objetivo	Preservar a capacidade de monitoramento e fiscalização da ANP sobre o mercado.
Meta	Realizar 52 publicações semanais de preços de revenda de combustíveis no sítio eletrônico da ANP
Uorg responsável pela mediação	SDC – Superintendência de Defesa da Concorrência
Periodicidade de apuração	Quadrimestral
Indicador	Índice de Publicação de Preços de Revenda
Descrição	Mede a relação entre o número de entregas realizadas sobre o total de entregas previstas
Método	Recebimento, verificação e publicação dos preços coletados.

Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP

Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

Orçamento

R\$0,00

Apuração da execução:

Ações a serem realizadas para atingimento da meta de Defesa da Concorrência	Situação Atual
Realizar 52 publicações semanais de preços de revenda de combustíveis no sítio eletrônico da ANP.	O Índice de Publicação de Preços de Revenda atingiu 100% de cumprimento, tendo sido as publicações de dados e informações integralmente realizadas em todas as 52 semanas de 2023.

4.2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

Objetivo	Ampliar a transparência dos números da indústria e compartilhar o conhecimento técnico produzido pela SDC nas áreas de regulação econômica e direito concorrencial
Meta	Elaboração de 81 documentos técnicos
Uorg responsável pela mediação	SDC – Superintendência de Defesa da Concorrência
Periodicidade de apuração	Quadrimestral
Indicador	Índice de Publicação de Documentos Técnicos
Descrição	Mede a relação entre o número de publicações feitas sobre o total de publicações que estavam previstas pela SDC.
Método	Elaboração e publicação de estudos e documentos técnicos.

Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP

Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

Orçamento				
R\$85.000,00				
Cronograma de desembolso				
UORG	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
SDC	R\$0,00	R\$0,00	R\$85.000,00	R\$85.000,00

Apuração da execução:

Ações a serem realizadas para atingimento da meta de Defesa da Concorrência	Situação Atual
Elaborar e publicar 81 documentos técnicos sobre matérias afeitas às atribuições regimentais da SDC, como regulação econômica, direito concorrencial e dados dos mercados regulados, dando transparência aos números da indústria e compartilhando conhecimento técnico produzido pela SDC.	Foram publicados 81 dos 81 documentos inicialmente previstos (100% da meta atingida). A saber: - 52 Sínteses Semanais de Comportamento dos Preços dos Combustíveis; - 12 Sínteses Mensais de Volume; - 12 Relatórios Executivos; - 4 Boletins Trimestrais de Preços e Volumes de Combustíveis; e - 1 Anuário Estatístico

Apuração da execução:

Índice de Publicação de Documentos Técnicos	Meta para 2023	Percentual apurado em 2023
Percentual de ações realizadas	100%	100%

Desembolso Total			
UORG	Previsto	Executado	Realizado / Previsto
SDC	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00	100%

4.3. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS

Objetivo	Divulgação das informações de importações e exportações de petróleo, derivados, gás natural e etanol; processamento de petróleo e produção de derivados; produção de biocombustíveis; produção de petróleo e gás natural; e vendas de derivados de petróleo e biocombustíveis.
Meta	12 publicações de dados estatísticos por ano, com frequência mensal, no sítio eletrônico da ANP
Uorg responsável pela mediação	SDC – Superintendência de Defesa da Concorrência
Periodicidade de apuração	Mensal
Indicador	Índice de Publicação de Dados Estatísticos
Descrição	Mede a relação entre o número de entregas realizadas sobre o total de 12 (doze) entregas previstas.
Método	Extração, análise, elaboração e publicação dos dados estatísticos.

Objetivo Estratégico de alinhamento
Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

Orçamento
R\$0,00

Apuração da execução:

Ações a serem realizadas para atingimento da meta de Defesa da Concorrência	Situação Atual
Publicar mensalmente no sítio eletrônico da ANP dados e informações sobre importações e exportações de petróleo, derivados, gás natural e etanol; processamento de petróleo e produção de derivados; produção de biocombustíveis; produção de petróleo e gás natural; e vendas de derivados de petróleo e biocombustíveis.	O Índice de Publicação de Dados Estatísticos atingiu 100% de cumprimento, tendo em vista a publicação dos dados e informações mensais ao longo de todo o ano de 2023.

4.4. ANÁLISE DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS ENTRE PRODUTORES E DISTRIBUIDORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Objetivo	Viabilizar o cumprimento do prazo de resposta de 30 dias, estabelecido na Resolução ANP nº 795/2019, para a análise dos contratos de fornecimento de combustíveis entre produtores e distribuidores de derivados de petróleo.
Meta	Elaborar ao menos 95% dos pareceres sobre análise de contratos de fornecimento de combustíveis entre produtores e distribuidores de derivados de petróleo em até 25 dias da data de recebimento do processo pela SDC.
Uorg responsável pela mediação	SDC – Superintendência de Defesa da Concorrência
Periodicidade de apuração	Semestral
Indicador	Prazo médio de manifestação técnica.
Descrição	Mede o lapso temporal médio entre a data de entrada do processo na Superintendência e a emissão do parecer técnico da SDC.
Método	Elaboração de pareceres analíticos.

Objetivo Estratégico de alinhamento
Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

Orçamento
R\$0,00

Apuração da execução:

Ações a serem realizadas para atingimento da meta de Defesa da Concorrência	Situação Atual
Elaborar ao menos 95% dos pareceres sobre análise de contratos de fornecimento de combustíveis entre produtores e distribuidores de derivados de petróleo em até 25 dias da data de recebimento do processo pela SDC.	A meta foi cumprida, tendo o indicador “Prazo médio de manifestação técnica” encerrado o ano de 2023 com 97% dos pareceres de análise de contratos de fornecimento de combustíveis para fins de homologação sido elaborados em um prazo médio de 14 dias.

5. QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS

5.1. SATISFAÇÃO NOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Objetivo	Entregar à sociedade e ao mercado regulado respostas aos pedidos de informação de acordo com os critérios definidos na Lei de Acesso à Informação, promovendo processo de melhoria contínua na qualidade das respostas fornecidas.
Meta	85% de satisfação do solicitante com as respostas aos pedidos de acesso à informação direcionados para a Ouvidoria da ANP.
Uorg responsável pela mediação	Ouvidoria da ANP
Periodicidade de apuração	Quadrimestral
Indicador	Índice de Satisfação nos Pedidos de Acesso à Informação
Descrição	Mede o percentual de satisfação dos solicitantes de acesso à informação com as respostas concedidas pela ANP pela quantidade de retorno dessas solicitações em forma de recursos interpostos em primeira e segunda instâncias
Método	Em um universo que abrange todas as solicitações de acesso à informação respondidas pela ANP para o ano em curso, apurar o percentual de recursos interpostos pelos solicitantes em primeira e segunda instâncias.

Objetivo Estratégico de alinhamento

Promover a melhoria contínua dos serviços prestados pela ANP

Escopo: Implementar ações com foco na agilidade, na transparência, e no aprimoramento da experiência do usuário

Orçamento

R\$0,00

Apuração da execução:

Índice para atingimento da meta de qualidade de serviços	Meta para 2023	Percentual apurado em 2023
Percentual de satisfação dos solicitantes de acesso à informação com as respostas concedidas pela ANP	85%	89,35%

Comentários:

Foram respondidos 817 pedidos de acesso à informação direcionados para a Ouvidoria da ANP no ano de 2023, sendo recebidos em seguida 76 recursos em primeira instância e 11 em segunda instância em face dessas respostas, configurando um resultado do índice em 89,35%, resultado superior aos 85% propostos como meta para 2023.

6. AGENDA REGULATÓRIA

6.1. AGENDA REGULATÓRIA 2022-2023

Objetivo	Estimular a previsibilidade da atuação regulatória da ANP, baseada numa agenda franqueada à sociedade, fomentando o debate prévio e mitigando o risco de instabilidade regulatória
Meta	Alcançar 75% do índice de previsibilidade regulatória
Uorg responsável pela mediação	SGE – Superintendência de Governança e Estratégia
Periodicidade de apuração	Quadrimestral
Indicador	Índice de previsibilidade regulatória
Descrição	Mede a relação entre o número de resoluções publicadas que estavam previstos na Agenda Regulatória, sobre o total de resoluções publicadas pela ANP
Método	A SGE faz o levantamento das resoluções ANP publicadas no período de referência e verifica se estão relacionadas às ações regulatórias previstas na Agenda Regulatória ANP 2022-2023

Objetivo Estratégico de alinhamento
Contribuir para a melhoria do ambiente de negócios por meio de uma regulação menos onerosa, eliminando barreiras de entrada em todos os setores regulados
Escopo: Promover ações de simplificação com foco na redução dos custos regulatórios e na produção de regulação baseada na avaliação dos impactos

Orçamento
R\$0,00

Apuração da execução:

Índice para atingimento da meta qualitativa da Agenda Regulatória	Meta para 2023	Percentual apurado em 2023
Cálculo do índice de previsibilidade regulatória	75%	43%

Comentários:

O resultado do indicador, considerando as resoluções publicadas em 2023, foi de 43%, uma vez que 9 das 21 resoluções publicadas em 2023 estavam previstas na agenda regulatória.

Neste sentido, cabe informar que 30 resoluções que foram publicadas em 2023 não foram consideradas para o cálculo do indicador, uma vez que se trata de publicação de normas consolidadas, sem alteração de mérito, seguindo agenda e cronograma previsto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, sem necessidade de inclusão em Agenda Regulatória própria para gerar previsibilidade.

Alguns fatores normalmente contribuem para o resultado afastado da meta deste indicador, como resoluções destinadas a revogar atos obsoletos, ações regulatórias de cunho emergencial e eventuais revisões pontuais de resoluções recém-publicadas e previstas na Agenda Regulatória.



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis

